



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL**

**GEZILANE SILVESTRE DA SILVA**

**PONTOS DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
O CASO DO PONTO DE CULTURA CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

**Jaguarão  
2017**

**GEZILANE SILVESTRE DA SILVA**

**PONTOS DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
O CASO DO PONTO DE CULTURA CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
de título de bacharela em Produção e Política  
Cultural da Universidade Federal do Pampa,  
*Campus Jaguarão*.

Orientadora: Profa Dra Carla Daniela Rabelo  
Rodrigues.

**Jaguarão  
2017**

**GEZILANE SILVESTRE DA SILVA**

**PONTOS DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
O CASO DO PONTO DE CULTURA CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de bacharela em Produção e Política Cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01/12/2017.

Banca examinadora:

---

Profa Dra Carla Daniela Rabelo Rodrigues  
Orientadora/UNIPAMPA

---

Profa Dra Luana Vilutis  
(CULT/Universidade Federal da Bahia/UFBA)

---

Profa Dra Mariella Pitombo Vieira  
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB)

Dedico este trabalho a Oxalá e todos os orixás;  
A todas as mulheres guerreiras da minha  
família, em especial minhas avós Julia,  
Lourdes.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a todas as forças do universo por guiar minha vida.

Agradeço à minha maravilhosa orientadora, Carla Daniela Rabelo Rodrigues, por toda paciência e motivação.

À minha família, em especial à minha irmã Gisele e meu primo Marcelão, por toda ajuda e apoio.

Aos meus mais que amigos, e sim companheiros e amores Jeri, Emily, Raposinha, Gui, Lauren, Almando, Edinho, Gama, Suanne, Sici, José, Kaue, Marcela, Wagner, Cíntia, Camila, Naldo e tantos outros, por todos os ensinamentos, ajudas e perrengues superados, incentivo e todo amor.

Ao grupo PET-Produção e Política Cultural (PET-PPC) pela experiência, troca de conhecimentos e vivências.

## **RESUMO**

O trabalho contribui com as pesquisas em Políticas Culturais no Brasil, especialmente em interface com campos interdisciplinares como a Economia Solidária e os Pontos de Cultura. Apresentamos um estudo destacando referências bibliográficas dessas áreas, algumas informações e indicadores culturais e, por fim, uma demonstração de caso sobre o Ponto de Cultura Clube Social 24 de Agosto na cidade de Jaguarão no Rio Grande do Sul, por meio de entrevista qualitativa em profundidade com Neir Madruga, principal referência. Observou-se, assim como boa parte dos pontos de cultura existentes no país, a autogestão, a gestão compartilhada, a horizontalidade, mas também as dificuldades próprias da burocratização do setor por meio de repasses de verbas, prestação de contas e processos judiciais.

### **Palavras-Chave:**

Políticas Culturais. Economia Solidária. Pontos de Cultura. Ponto de Cultura Clube Social 24 de Agosto.

## **ABSTRACT**

The work contributes to the research on Cultural Policies in Brazil, especially in relation to interdisciplinary fields such as the Solidarity Economy and Pontos de Cultura. We present a study highlighting bibliographical references of these areas, some information and cultural indicators, and, finally, a case demonstration about the “Ponto de Cultura Clube Social 24 de Agosto” in the city of Jaguarão in Rio Grande do Sul, through a qualitative interview in depth with Neir Madruga, main reference. Self-management, shared management, horizontality, as well as the difficulties inherent in the bureaucratization of the sector were observed through the transfer of funds, accountability and judicial processes.

## **Keywords:**

Cultural Policies. Solidarity Economy. Ponto de Cultura; Ponto de Cultura 24 de Agosto

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ES – Economia Solidária

PC – Pontos De Cultura

MINC - Ministério da Cultura



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Objetivos do Programa Cultura Viva.....	21
Tabela 2 – Público-alvo do Programa Cultura Viva.....	22
Tabela 3 - Número de pontos existentes entre 2004 a 2009.....	29

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1. ECONOMIA DA CULTURA .....	13
2- ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
3. PONTO DE CULTURA COMO POLÍTICA CULTURAL VIVA .....	20
3.1 - Cultura Viva.....	20
3.2 - Pontos de Cultura .....	24
4- PONTO DE CULTURA CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERENCIAS.....	40
ANEXO 1 - .....	43

## INTRODUÇÃO

O trabalho nasce da necessidade de contribuir com estudos do campo das Políticas Culturais no Brasil, principalmente em interface com campos interdisciplinares como a Economia Solidária e os Pontos de Cultura. Partimos do entendimento de que há estudos sobre essas relações, mas pouco se observa na prática, nos contextos, sua aplicação.

A pergunta principal que nos norteou foi quais são as caracterizações da economia solidária, dos pontos de cultura e como se dá na prática essa junção? Por isso, nosso estudo de caso centrou-se no Ponto de Cultura Clube Social 24 de Agosto, no qual fizemos uma entrevista qualitativa em profundidade com Neir Madruga, principal referência. O Ponto está localizado no extremo Sul do país, na cidade de Jaguarão - RS na fronteira com o Uruguai<sup>1</sup>.

Assim, destacamos as principais discussões promovidas pelos autores visando aprofundamento do conhecimento sobre os assuntos e suas conexões. A pesquisa de campo teve intuito de compreender seu modelo de organização e verificar se seu modo de gestão assemelha-se de algum modo à Economia Solidária. Observou-se como algumas dificuldades perpassam os pontos de cultura do país, estão presentes em nossa amostra.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos, onde no primeiro trata da “Economia da Cultura”, a contextualização de seu conceito, a divisão das cadeias produtivas e tensionamentos do setor. O segundo capítulo trata da “Economia Solidária”, fazendo um panorama histórico do surgimento do conceito no Brasil, nos moldes de organização, com foco no seu modelo de autogestão, baseado no trabalho de cooperação e solidariedade, trazidos principalmente por Paul Singer, em que entenderemos a lógica dessa economia que difere do modelo de economia capitalista. O terceiro capítulo traz questões referentes aos chamados Pontos de Cultura, onde será dissertado sobre o Programa Cultura Viva para compreendermos como surgiu os Pontos de Cultura, suas ações e estratégias para fomentar a cultura do país.

Buscamos ainda referências no site do Ministério da Cultura, no Catálogo do Programa Cultura Viva e nas obras dos autores Célio Turino e Andre Stangl, além de uma breve exposição das ações promovidas e implementadas dentro do Programa Cultura Viva, a

---

<sup>1</sup> Onde está também sediado o bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa.

partir do ano de 2003, no governo Lula, para desenvolvimento da cultura, perpassando pelas aproximações dos conceitos da Economia Solidária e Pontos de Cultura, acionadas principalmente por Luana Vilutis, onde teremos uma noção de como o Estado pode potencializar a produção cultural e a inclusão social de minorias através dessas temáticas.

O quarto capítulo “Ponto de Cultura e Clube Social 24 de Agosto”, irá conter a história do Clube, como se viabilizou pelo incentivo e políticas públicas para se tornar institucionalmente um ponto de cultura, o seu modo de gestão e sua sustentabilidade e rentabilidade econômica.

E, não menos importante, relato que motivada pela experiência de trabalhar com artesanato independente e em pequenos grupos, aprendendo e compartilhando saberes e por ter estagiado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, atuando na pasta da Economia Solidária na cidade de Jaguarão (RS), no ano de 2015, e praticando a horizontalidade nas atividades como bolsista do grupo PET Produção e Política Cultural, percebi minha grande relação e satisfação em trabalhar com a temática a ser pesquisada e a relação simbólica presente em minha vida dentro dos grupos da economia solidária da cidade e das relações interpessoais. Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho pretende fazer uma correlação/intersecção dos principais princípios da Economia Solidária e dos Pontos de Cultura.

O foco é majoritariamente nos Pontos de Cultura, mais precisamente no Ponto de Cultura e Clube Social 24 de agosto, mostrando como ele pode ser transversal aos princípios operacionais dos empreendimentos solidários, analisando se esses Pontos têm êxito por utilizar o modelo de organização congênere à autogestão. Seja esse êxito econômico, social ou que elevem a autoestima dessas populações desassistidas. Para compreender e diagnosticar o desenvolvimento social e econômico ocorrido dentro dessa comunidade.

## 1. ECONOMIA DA CULTURA

A economia, segundo Leandro Valiati (2011), estuda a maneira como os indivíduos definem suas demandas e a sociedade se organiza para ofertar o produto econômico elaborado para o consumo. No que se refere à área cultural, por muito tempo se teve (e ainda se têm) obstáculos em compreender como a economia poderia transacionar um bem artístico, por exemplo, visto que a dimensão simbólica não é um aspecto quantificável, ou pelo menos não mensurado. No entanto, como afirma Villar (2007), o fato de existir “um mercado de bens e serviços culturais, de um emprego em atividades culturais e, sobretudo, de um valor econômico dos bens culturais constitui um fator que traduz a importância econômica destas atividades” (VILLAR, 2007, p. 131-132). Em termos gerais, a economia da cultura predispõe a dimensão mercantil, a dimensão simbólica e meandros que envolvem a cultura relacionando-se com a utilização de recursos materiais e imateriais. É um modo de movimentar, organizar recursos disponíveis tendo por mote a área das artes e da cultura.

De acordo com Luana Vilutis (2012), é indispensável ter em foco as perspectivas abrangentes quando se trata do sistema produtivo na área cultural, afinal existem aspectos que normalmente não são necessários num sistema produtivo convencional, isto é, deve-se levar em consideração “o processo de criação, produção, distribuição, comercialização, consumo, crédito e ensino de bens, serviços, práticas, saberes na área da cultura” (VILUTIS, 2012, p.4).

Falar de Economia da Cultura (e mais recentemente também de Economia Criativa<sup>2</sup>), para Ana Carla Reis (2009), é debater principalmente uma indústria que vai produzir produtos e suportes físicos, virtuais, eletrônicos, produtos esses sobre o qual se incide o direito do autor, podendo ser bens, serviços culturais que entram e/ou poderiam entrar num sistema de produção, distribuição e consumo. Assim, é falar de propriedade intelectual e direito autoral, por isso temos que enxergar que atrás de cada letra de música, cada poema, cada peça teatral,

---

<sup>2</sup> O termo Economia Criativa deriva do entendimento de Indústrias Criativas com a seguinte definição: “são aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio” (BRITISH COUNCIL, 2005, p. 5 apud MIGUEZ, 2007).

de cada quadro pintado, se tem o artista, o fotógrafo, o ator, o dançarino, dentre outros profissionais da cultura, que sem esses agentes não se gera um bem ou serviço cultural. Caso contrário, não se movimenta essa rede econômica, não gerando emprego, nem renda para esses indivíduos, conseqüentemente não potencializando a economia da cultura, além de não se gerar o sentir, o saber, o educacional, a autoestima e emponderamento social para essas populações, o que determinamos como bens intangíveis.

Segundo Hamilton Faria (2013), Célio Turino deixa claro em suas falas que os Pontos de Cultura não são apenas um conceito genérico de economia da cultura, de cidadania cultural e da dimensão simbólica da cultura das artes: são lugares vitais, onde a vida circula em todas as suas dimensões. Um ponto é uma energia em expansão, na medida em que exerce o seu protagonismo e enfrenta-se com as limitações impostas pela sociedade e pelo Estado. Desta forma, há uma tendência a preocupar-se com a totalidade dos fazeres culturais e dos modos de vida, e entrar em interação com os poderes públicos e suas políticas para a localidade. Enquanto a realidade é vista de forma fragmentada - economia, sociedade, cultura, política, saúde etc, o Ponto, por sua vez, recupera uma determinada totalidade da vida. Como pensar no terreiro sem pensar na alimentação ou na religiosidade (FARIA, 2013, p. 28).

Para Gadotti (2016), a cultura para a solidariedade requer a formação para sensibilidade por meio de uma educação estética, uma abertura para o novo, para o outro, para o diverso. A cultura solidária requer o respeito e a valorização da diversidade cultural, sem imposições de padrões culturais, nem hierarquia entre culturas. Para ele, trata-se de empoderar, de potencializar, o que já existe.

É o que fazem hoje os Pontos de cultura que existem aos milhares, muito além dos que já foram cadastrados pelo Ministério da Cultura (MINC). São pontos de uma cultura viva e resistente, que é preciso colocar em rede e tornar visível. As formas de cultura são tantas quanto a nossa capacidade de imaginá-las. Os pontos de cultura não podem ser considerados como “átomos de cultura”. Eles devem comunicar-se entre si, devem aprender e ensinar, manter-se em rede ou na “teia”, como sugere o programa do MINC. A “Rede de Pontos de Cultura” do MINC – articulando a produção cultural local com o intercâmbio entre diversas linguagens artísticas – não só agrega agentes culturais, mas potencializa o compartilhamento de responsabilidades, promovendo a cidadania. “Teia” significa troca, confronto, parceria. Nenhum ser humano é uma ilha, precisa descobrir o outro. Eu preciso descobrir o que tenho em comum com os outros. Somos

todos seres de relação, de vínculos. A teia deve estar sempre presente, virar política pública a partir das subjetividades de cada grupo. Se isso vier realmente a se implantar no país, poderá representar uma verdadeira revolução cultural dos debaixo, do cotidiano, do pequeno, do povo mais simples, do terreiro, das aldeias, do popular sempre tão desqualificado pela cultura dominante (GADOTTI, 2016, p. 2)

Gadotti (2016) ainda tensiona a relação com economia, quando nos diz que é verdade e legítimo que o objeto da arte pode ter também uma função utilitária, isto é, pode gerar emprego e renda, mas salienta que não deve ser a única função da arte. Segundo ele, o “utilitarismo, historicamente, acabou negando o sentido estético da arte e, muitas vezes, entrando em contradição com ele, sobretudo quando a cultura é vista puramente como commodity, virando business” (2016, p. 2). Reforça que é preciso saber distanciar o caráter educativo e estético do caráter de entretenimento voltado para o consumo. A indústria cultural (cf. Escola de Frankfurt – Adorno e Horkheimer) usa muito as identidades e a diversidade cultural como entretenimento e como negócio.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária é um modo de desenvolver atividades econômicas, organizadas com base na cooperação e solidariedade entre os trabalhadores/as, através de um modelo igualitário. O capitalismo é um sistema instável, predominante em nossa sociedade há tanto tempo que seu modelo de gestão já se tornou natural. Seu modo de produção tem que ser eficiente e eficaz, permitindo que o consumidor possa ter várias opções de escolhas para selecionar os melhores produtos e preços. Tendo a competição como principal estimulador de sua existência e de seus agentes de trabalho, ou seja, que o melhor vença. Entretanto, esse sistema produz constantemente desigualdades crescentes, dividindo a sociedade em classes, as dominantes (com capital) e as dominadas (sem capital). Para não haver essa divisão de classes, primeiramente o ser humano deveria compreender que a competição e a desigualdade não são meios saudáveis para se ter uma vida de qualidade. Portanto, depois nossa economia poderia ser solidária, ao invés de competitiva, assim existiria um pouco mais de igualdade na nossa sociedade, através de um trabalho de cooperação entre todos.

Outra definição nos é apresentada por Roca (2001 apud TAUILE, 2001), quando diz que economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

No final de 1980<sup>3</sup>, no Brasil, surge a Economia Solidária como uma alternativa de desenvolvimento para uma parcela da sociedade, dita como minorias, diferente do modelo capitalista vigente, com a proposta de mudança no modo de produzir, comercializar e

---

<sup>3</sup> Segundo Tauile (2001), analisando o Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Rio Grande do Sul, no que tange ao movimento de economia popular solidária, iniciado no fim dos anos 80 na prefeitura de Porto Alegre e mais recentemente difundido por todo o estado do Rio Grande do Sul, trata-se claramente de uma “prática social e econômica diferente” (sic). Segundo documento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que trata do programa de Economia Popular Solidária, este conceito refere-se à ação “de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que através de sua auto-organização constituem empreendimentos coletivos de produção e/ou serviços ou assumindo empresas falidas ou em dificuldades que, num primeiro momento visam a obtenção de trabalho e renda ou a manutenção dos postos de trabalho para a sua auto-sustentação”.



consumir, baseado na democracia e no trabalho de cooperação. Esse modelo é denominado de autogestão, que é o trabalho com a participação de todos os membros de um empreendimento (associação, cooperativa, coletivos), como definem Culti, Koyama e Trindade (apud SINGER, 2010, p. 7), “economia Solidária é um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão”, em que não existe patrão, nem empregados.

Nele todos são donos e trabalhadores, sem beneficiar grandes empresas e acionistas, gerando trabalho e renda por meio de novas formas de comercialização e trocas de bens e serviços, com a distribuição igualitária das riquezas, reduzindo as desigualdades e contribuindo para inclusão social e redução da miséria dessas comunidades em vulnerabilidade social, respeitando as diferenças e necessidades de cada indivíduo, independente de raça e gênero, tendo o respeito pelo outro como um dos principais princípios de convivência, em que o processo educativo ocorre no cotidiano das atividades, visando uma nova sociedade.

Paul Singer, principal referência no campo da economia solidária, entende que “cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos, entre outros, que visam a produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados” (2002). O autor entende as cooperativas de produção como o protótipo da empresa solidária, pois seu princípio básico é que os sócios tenham a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto em todas as decisões. “A chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (2002, p. 89). Portanto tem como princípios básicos a propriedade associada ou coletiva do capital e o direito à liberdade de cada indivíduo. Se aplicado será iniciado na sociedade um novo modelo de gestão, em que haverá apenas uma classe de trabalhadores, sem hierarquia ou autoritarismo, não existindo patrão, nem empregados, onde todos seus sócios têm poder de voz, e todas as decisões são tomadas em assembleia, totalmente baseado na solidariedade e igualdade. Para compreendermos melhor esse sistema revolucionário, temos que deixar muito claro que existem dois tipos de empresas, as capitalistas e as solidárias e entender como ambas funcionam e se organizam.

As empresas capitalistas funcionam de acordo com as ofertas e demandas determinadas pelo mercado, trabalhando sempre com metas e visando o lucro. Dentro delas as decisões são determinadas por um pequeno grupo, denominados como dirigentes, diretores, acionistas, em que os mesmos têm todo o controle da organização e da aplicação do capital, como por exemplo, a compra de matéria prima; admissão de funcionários e quanto os mesmos devem ganhar por seus serviços; à destinação de lucros; e a repartição do excedente anual. Por isso, normalmente o grupo controlador têm salários superiores aos de seus empregados, administradas através da *heterogestão*, onde as ordens ocorrem de cima para baixo e as consultas de baixo para cima, ou seja, o grupo controlador dita as regras e os trabalhadores de nível inferior (dito como baixo), as obedecem e cumprem suas tarefas. Sendo assim, os gestores muitas vezes não se preocupam com o bem-estar social desses indivíduos, os tratando como máquinas de resultados, meras mãos de obra baratas, além de não verem o espaço de trabalho como formação do indivíduo e construção de sua identidade, através de trocas de conhecimentos e aprendizado mútuo, pelo contrário, atuam de forma hierárquica, onde impera a desigualdade salarial, a competição e o autoritarismo (SINGER, 2002).

Já as empresas solidárias (Cooperativas; Associações; Coletivos), atuam no âmbito da responsabilidade social e no bem-estar dos trabalhadores associados (e não empregados) e têm como principal mérito o desenvolvimento humano. Suas principais características são: a solidariedade e cooperação inteligente. As quais os empreendimentos são propriedades dos que colaboram neles e todas as decisões, como já mencionado, são tomadas em assembleias gerais por todos os associados, desde a retirada dos lucros (e não salários), aos investimentos das sobras (o lucro arrecadado), normalmente sendo aplicado parte no que eles denominam Fundo de Educação, para promoção de palestras e oficinas de capacitação profissional (dos associados ou de pessoas que desejam fundar um empreendimento solidário), investindo no patrimônio. E o restante é dividido igualmente por todos.

Com a preocupação em elevar a autoconfiança dos indivíduos e a redução da pobreza, onde a união leva ao desenvolvimento econômico, social e pessoal, através da clássica forma administrativa denominada *autogestão*, em que “a chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9).

Em 2003, surge no Brasil a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada na esfera do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto de Lei nº 4.764, de 24 de junho de 2003, tem por objetivo de possibilitar e coordenar atividades que apoiem à economia solidária pelo país.

A primeira ação governamental com o propósito de fomentar um novo tipo de economia no país, através de fomento de grupos sociais organizados tendo como objetivo a inclusão social, a geração de renda e a produção de um desenvolvimento justo e solidário no combate para evitar desigualdades socioeconômicas e políticas neoliberais. Essa lógica de trabalho associado, em cooperação se assemelha ao tipo de trabalho de como foi pensado o Projeto do Ministério da Cultura, Programa Cultura Viva, que perpassa a essência dos Pontos de Cultura.

(...) a economia solidária encontra adeptos também na classe média. Nós temos cooperativas de profissionais de classe média, desde a Unimed até os agrônomos, que têm hoje cooperativas. Tanto no Movimento dos Trabalhadores sem Terra como na Unicafe, há muitos exemplos. Além desses, há jornais cooperativos, e na área cultural, sobretudo, há muitas cooperativas de teatro, de cinema. Por falar nisso, no Ministério da Cultura há um programa chamado "**Cultura Viva**", dirigido principalmente a jovens de áreas faveladas e periféricas. Fazem um edital e os grupos se apresentam com sua produção, que pode ser artesanal, de pintura, música, dança, o que for. Hoje há quase setecentos pontos culturais no país todo, mas querem chegar a milhares. E a idéia é usar a produção cultural para inclusão produtiva. Estão fechando um acordo conosco e querem que nós passemos a capacidade de auto-organização da economia solidária para esses pontos de cultura. Já fizemos uma Feira Nacional de Economia Solidária junto com os pontos de cultura num evento chamado "Teia Cultural", que aconteceu no edifício da Bienal em São Paulo em 2006 e se repetiu em Belo Horizonte, em 2007, **criando-se uma articulação entre os empreendimentos de economia solidária e os pontos de cultura**, que querem também fazer economia solidária. (...) Espontaneamente, surgiram feiras em vários pontos do Brasil, unindo os empreendimentos de economia solidária com gente pobre e os pontos de cultura, que recebem do Ministério da Cultura equipamentos para reproduzir som e imagem. Então, a função integradora num país em crise, numa sociedade em crise, é primordial, no momento. Mas a minha perspectiva é a de que, superados os problemas da miséria e da pobreza – e acho que isso pode se dar em pouco tempo –, a economia solidária terá uma imensa função no país (ECONOMIA SOLIDÁRIA - Entrevista com Paul Singer, 2008, p. 305 – grifo nosso).

### **3. PONTO DE CULTURA COMO POLÍTICA CULTURAL VIVA**

A história das políticas culturais no Brasil é demarcada por três tristes tradições cunhadas pelo pesquisador Albino Rubim (2009): ausências, autoritarismos e instabilidades. Elas promovem um entendimento de que o campo cultural no país praticamente nunca pode contar efetivamente com as políticas públicas e, especialmente, com um Ministério da Cultura forte, exceto por dois momentos onde a produção cultural brasileira ganhou compreensão diversa, alargada e antropológica, como a passagem de Mario de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938) e a gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2008), no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Exatamente na gestão Gil, temos um dos casos emblemáticos a destacar enquanto política de Estado que continua apesar dos pesares e desmontes: o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.

#### **3.1. Cultura Viva**

A cultura incentiva o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade justa de um país. As atividades culturais realizadas promovem desenvolvimento social, capaz de gerar emprego e renda, além de promover a inclusão social do indivíduo, seja pelo reforço da autoestima, pelo estímulo das potencialidades existentes no universo das manifestações artísticas, com diversas possibilidades socioeconômicas. A cultura por também ser observada, além da dimensão simbólica e ética, por sua dimensão econômica e como um dos principais espaços de realização da cidadania, como relata Gilberto Gil (2003), “a dimensão cidadã da cultura foi pensada dentro da perspectiva de superação da exclusão social, eliminação das desigualdades e discriminações, a partir do reforço da autoestima e da apropriação do sentimento de pertencimento junto a comunidades”.

A ação simbólica se caracteriza ao conectar diversas representações do sentir, do saber e do pensar, com o espaço de sociabilidade e produtividade de diferentes comunidades, criando um contexto social ao produto cultural, a ação econômica está ligada à produção, distribuição, criação, consumo, práticas de saberes de bens e serviços culturais e a ação cidadã potencializa a ampliação de espaços públicos de cultura, exclusão social, eliminação das

desigualdades, das discriminações, fomenta o exercício do direito à cultura, a partir do reforço da autoestima e apropriação de pertencimento junto às comunidades. A partir do momento que o Estado passa a pensar a Cultura nessas três dimensões se inicia um novo olhar para a cultura do país e aos poucos a implementação de projetos e ações voltadas às práticas culturais, voltada para o desenvolvimento social, humano e econômico. Uma dessas ações é o Programa Cultura Viva.

O Ministério da Cultura no ano de 2004 cria o Programa de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva e regulamenta por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do MinC com o intuito de suprir uma necessidade no campo das políticas culturais. O programa nasce e é implementado no MinC no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Tendo como base a parceria da União, Estado, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil organizada (Organizações não governamentais - Ongs) de caráter cultural, social, educacional, e ambiental, agindo como articulador, fomentador e disseminador de ações culturais provenientes, voltados para agentes culturais periféricos e comunitários, que sem a existência dessa plataforma não tinham visibilidade e incentivo socioeconômico. Como notamos na proposta de objetivos e público alvo do programa, nas tabelas abaixo.

TABELA 1 – CULTURA VIVA – Objetivos

Ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural
Identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo na cultura “a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente”
Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo
Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e

transformadora
Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos
Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que em que os cidadãos se inserem
Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia

Tabela sobre os objetivos do Programa Cultura Viva. Fonte: Catálogo do Programa Nacional de Cultura Viva, 2010.

TABELA 2 – CULTURA VIVA – Público-alvo

Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios
Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social
Estudantes da rede básica de ensino público
Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro
Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos
Agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural
E todo brasileiro que sonha com uma cultura viva

Tabela sobre público alvo do Programa Cultura Viva. Fonte: Tabela sobre os objetivos do Programa Cultura Viva. Fonte: Catálogo do Programa Nacional de Cultura Viva, 2010.

Desta maneira, é um programa que foi elaborado com foco para fortalecer o protagonismo cultural das regiões marginalizadas da sociedade brasileira, passando a valorizar as iniciativas de entidades, coletivos e grupos artísticos diversos. Ampliando o acesso da população de baixa renda aos meios de produção, fruição e circulação de bens e serviços culturais, que têm como suporte os Pontos e Pontões de Cultura, como consta no documento de formulação do programa, escrito em junho de 2014: " O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá como base de articulação o Ponto de Cultura", assim os Pontos se tornam o foco do projeto.

O Programa Cultura Viva é constituído de ações estratégicas, como agente cultura viva, cultura digital, Pontos de Cultura, pontões, pontinhos, ponto de mídia livre, ação griô, tuxana, entre outros, tendo os pontos de cultura como principal ação fomentada. Apesar de ser um programa com apenas treze anos, este tem um lugar de destaque dentro da política cultural do Ministério da Cultura - Minc, por ser um dos principais meios responsáveis pela base social e de política cultural do país. Passando por modificações aos longos os anos para se terntar expandir e fomentar a grande diversidade cultural existente no país.

A participação de Governos Estaduais e Municipais no Cultura Viva se dá de três maneiras:

- 1- Pode ser proponente de um/e ou mais Pontos de Cultura, participando de editais específicos para instituições governamentais.
- 2- Sendo parceiro e um/e ou mais projetos, dando apoio e orientando projetos da comunidade, porém o proponente será a entidade.
- 3- Sendo co-gestor juntamente com o Ministério da Cultura, atuando na área administrativa, fazendo a seleção de projetos e/ou disponibilizando parte de seus recursos para adesão de mais projetos.

Essas são formas e como outros órgãos do Estado podem fazer parte dessa proposta, fortalecendo essa rede de cultura e estimulando o desenvolvimento local. Após esse relato sobre os Programa Cultura Viva, agora iremos assimilar a principal ação desse programa, os Pontos de Cultura.

### 3.2. PONTOS DE CULTURA

Dentre as ações do Programa Cultura Viva o principal projeto são os Pontos de Cultura. A proposta inicial do Ministério da Cultura (MinC) era de criar as Bases de Apoio à Cultura (BAC) a ideia era construir centros culturais pré-moldados nas periferias das grandes cidades e favelas, em que o governo ditaria as regras do que seria adaptado, ou onde seriam construídos os espaços. Prédios iguais por todo o país que tem uma grande diversidade cultural.

Deste modo se depararam com grandes problemáticas em executar esse projeto, tanto por questões administrativas, pelos altos custos financeiros, além de uma tentativa de padronização cultural e o possível desvio de função do espaço, alguns motivos pelo qual o projeto não foi executado. Com tantos impasses surge em seguida a proposta de uma rede descentralizada de produtores e criadores culturais que compartilhassem seus conhecimentos, ou seja, assim surgiu a nomenclatura Ponto de Cultura em alusão ao “do-in antropológico” dito por Gilberto Gil em seu discurso de posse do MinC:

No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados e adormecidos do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GIL, 2003, p. 1)

Os Pontos de Cultura<sup>4</sup> surgem como um lugar estratégico que se desenvolvem atividades culturais contínuas, com a missão de articular os artistas locais, as escolas, a

---

<sup>4</sup> Atualmente, a experiência brasileira dos Pontos de Cultura iniciada em 2004, levou outros países a incorporá-la como Puntos de Cultura: Argentina (com cerca de 650 pontos de cultura), Peru, Chile, El Salvador, Costa Rica, México, Espanha, e o mais recente o Uruguai anunciado pelo diretor de Cultura do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, Sergio Mautone, na 6ª Reunião do Conselho Intergovernamental do IberCultura Viva em Montevideu, em 26 de maio de 2017. Essencialmente são caracterizados como coletivos e organizações de cultura de base comunitária, o que já aponta para elementos da economia solidária. Disponível em: <http://iberkulturaviva.org/>



comunidade como todo nas suas atividades, por meio de uma política de acesso livre ao Ponto e decisões de como o mesmo vai atuar, através de consulta na comunidade. Não possui um modelo único de programação ou atividades, potencializando o que já é produzido na sociedade, de forma coletiva e colaborativa. Um tanto parecido com o modo de organização da Economia Solidária, visto no capítulo anterior. Assim,

(...) são organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, p.64, 2009).

Segundo a página da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, um Ponto de Cultura pode ser uma entidade cultural, com personalidade jurídica, ou um coletivo cultural, que desenvolva e realize suas ações culturais continuadas em uma determinada comunidade ou território. Um Pontão de Cultura é uma entidade cultural, ou instituição pública de ensino, que articula um conjunto de outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de pontos de cultura e demais iniciativas culturais, seja em âmbito territorial ou em um recorte temático / identitário.

Para se tornar institucionalmente um Ponto de Cultura os interessados devem participar do Edital de divulgação do MinC e enviar um projeto que será analisado pela Comissão Nacional de Avaliação, que é composta por autoridades governamentais e agentes culturais. Podendo participar desse processo de seleção as instituições sem fins lucrativos, como ONGs, cooperativas, associações de moradores, aldeias indígenas, quilombolas, grupos de teatros, grupos de danças, empreendimentos solidários etc. Todos os tipos de coletivos que executem ações culturais em suas comunidades. Após esse processo o PC recebe 185 mil reais em parcelas semestrais, que deverá ser utilizado num prazo de dois anos e meio, determinado pelo plano de ação definido no projeto do próprio ponto. A primeira parte da parcela enviada,

no valor mínimo de 20 mil reais, é destinada para compras de equipamentos multimídia em software livre, computador, câmera fotográfica, únicos elementos que todos os Pontos têm em comum, para poderem inserir toda a sua produção na internet e o restante do recurso é aplicado em bens definidos pelo próprio Ponto, sem intervenção do Estado.

Após fechar convênio com o MinC ou com o Governo do Estado as instituições se tornam responsáveis pela articulação e fortalecimento de ações culturais já existentes nas comunidades, para que as mesmas tenham ascensão social desenvolvimento econômico. Desta forma, se desencadeia uma gestão compartilhada através dos Pontos que fazem o elo de comunicação entre a sociedade e o Estado que possibilita o desenvolvimento de atividades culturais que devem seguir os princípios de autonomia, protagonismo e empoderamento social, que são os três pilares do programa Cultura Viva, que passam a fazer parte de uma organização transformadora e partilhada por meio da Rede de Pontos de Cultura. Dando a grupos culturais mecanismos de gestão e recursos públicos financeiros para que trabalhem de forma coletiva e independente, no mesmo viés no qual se organizam os empreendimentos solidários, assim “o tema da **economia solidária percorre de modo transversal** o Programa Cultura Viva, e é uma preocupação manifesta em suas diversas ações” (VILUTIS, 2012, p.14 – grifo nosso).

Importante recuperar que na página do Ministério da Cultura, encontramos a seguinte definição e caracterização: Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva. Ser um Ponto ou Pontão de Cultura é um reconhecimento, por parte do Estado, de uma ação cultural continuada já desenvolvida por uma entidade ou coletivo cultural. Na prática, essas iniciativas já são "Pontos de Cultura" e "Pontões de Cultura", antes de serem certificadas pelo MinC, pelo diálogo que estabelecem com sua comunidade e sua capacidade de atuação social e transformação do território. A Rede Cultura Viva é um ambiente de trocas, colaborações, articulações e encontros. Os Pontos e Pontões se fortalecem quando se articulam em rede e compartilham espaços, metodologias, produtos, serviços, processos criativos e ações coletivas. Os Pontos e Pontões de Cultura, articulados em rede, são co-gestores das políticas culturais e, nesse sentido, os espaços de

participação social são fundamentais: encontros, fóruns, Teias, instâncias de construção compartilhada, onde as redes estão sempre em movimento.

Célio Turino conta como foi o processo de implantação durante a gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura:

Gil, em uma de suas primeiras falas, numa licença poética bastante pertinente, declarou que iria realizar um verdadeiro “do- in antropológico” na política cultural brasileira, com ênfase na ampliação do conceito de cultura e na democratização do acesso às produções culturais. Com esse objetivo, pensou-se inicialmente em construir Bases de Apoio à Cultura, espécies de casas de cultura pré-fabricadas, por todo o país. A ideia acabou não indo para frente e eu fui convidado a buscar outra solução para o mesmo problema. Como responsável pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, coordenei a implementação do Cultura Viva, lançado em 2004. Como o próprio nome indica, trata-se de um programa dinâmico, que se transforma e que não tem formato pronto, imposto de cima. Fazendo uma analogia, diria que é uma política pública construtivista. Os pontos de cultura nada mais são que espaços de irradiação e recepção de cultura. Mas, ao invés de dizer o que deveria ser feito em cada cantinho do Brasil, optamos por potencializar iniciativas pré-existentes, valorizando o protagonismo social. Existem, hoje, cerca de 850 pontos de cultura no Brasil, sendo 150 deles em São Paulo. Suas atividades são as mais variadas, do maracatu de Pernambuco à produção de vídeos por povos indígenas, passando por grupos de bumba-meu-boi, núcleos que montam óperas e um coral afro-pomerano em São Lourenço do Sul, perto da Lagoa dos Patos. Em termos de recursos, os Pontos de Cultura recebem 60 mil reais por ano, durante um período de 3 anos e também contam com 3 computadores e um estúdio multimídia, que tem ilha de edição e equipamento para gravação, permitindo que sejam produzidos materiais audiovisuais próprios. A produção audiovisual feita pelos Pontos, dentro da rede “Ponto Brasil”, talvez seja o único ponto em comum entre todos eles. Vale lembrar que essa é uma experiência pioneira e única, que não encontra equivalente em nenhum outro lugar do mundo. E talvez esteja dando tão certo, aqui, porque as expressões culturais fervilham Brasil afora: é muito emocionante viajar para acompanhar a atuação dos Pontos de cultura. Acho que temos algo que é o contrário do caso europeu, em que as instituições oficiais funcionam bem por fora, mas pode faltar vida e efervescência por dentro. É por isso que sempre digo que é preciso “desesconder” o Brasil. O Cultura Viva faz um pouco disso (TURINO, p. 311).

No ano de 2006, o MinC fez uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, especificamente com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, para que ambos organizassem o TEIA, o primeiro encontro dos Pontos de Cultura com os empreendimentos

solidários de todo Brasil. Esse encontro foi realizado no Pavilhão de Exposições da Bienal na cidade de São Paulo.

A temática da economia solidária começa a ser inserida dentro das temáticas abordadas no encontro, sobre o modo de organização e suas proximidades com os PCs. O marco maior foi o momento de aprendizagem dos PCs sobre as feiras solidárias e de como os eles poderiam comercializar seus produtos se organizar de formas mais justa e solidária, dentro de uma perspectiva econômica, ética e social. Um encontro importantíssimo para ambas as organizações, pois se conhecerem e trocarem saberes. Em que se conseguiu visualizar as intersecções entre Empreendimentos solidários e Pontos de Cultura, mostrando que “a aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. (TURINO, 2009, p.63). Reafirmando o conceito de política pública que entende a cultura como um processo de construção diária e coletiva, em que impulsiona a circulação de bens e serviços de maneira democrática.

Em 2010, já existiam mais de 2.500 Pontos, um número significativo para um governo que tem como meta estabelecida dentro o Plano Nacional de Cultura - PNC se ter 15 mil até o ano de 2020. Veremos na tabela abaixo o número de pontos existentes no decorrer dos anos de 2004 à 2009.

TABELA 3 – Número de Pontos de Cultura (2004-2009)

ANO	NÚMERO DE PONTOS
2004	0
2005	442
2006	642
2007	742
2008	2466
2009	2373

Tabela referentes ao número de pontos existentes entre 2004 a 2009<sup>5</sup>.

Disponível em: <[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura\\_-\\_astangl.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura_-_astangl.pdf)>

Percebe-se a partir dessa tabela que, em quatro anos ocorreu um aumento significativos de PC, do período de 2005 a 2009 e a partir do ano seguinte cada vez mais e mais pontos foram se inserindo nessa rede. Desta maneira foi se alimentando a rede pontos de cultura, promovendo e gerando circulação econômica, como aponta Turino (2010), “em torno dos pontos de cultura há oito milhões de pessoas. Desses, 750 mil já fizeram alguma capacitação. Nós geramos, com os pontos de cultura, 25 mil postos de trabalho” (apud STANGL, 2010, p.2), os números apontados são significativos para mensurar a contribuição da cultura para a economia do país<sup>6</sup>.

Contudo, algumas dificuldades são observadas no interior das gestões dos pontos e das lógicas burocráticas das instâncias de políticas públicas culturais.

(...) a falta de instrumentos normativos e de gestão do programa que ofereçam estrutura aos Pontos de Cultura para realizarem seus projetos de forma continuada e, ao mesmo tempo, que assegurem a expansão das ações do programa de forma articulada, coesa,

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura\\_-\\_astangl.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura_-_astangl.pdf)>

<sup>6</sup> Para Andrea Saraiva (2010, p. 23), os Pontos de Cultura são equipamentos culturais por excelência e podem tornar-se também, empreendimentos culturais economicamente viáveis e autônomos, caso sejam dados incentivos apropriados para isso.

intersetorial e ampliada, se apresenta como um desafio para garantir o potencial emancipatório dessa ação pública (VILUTIS, 2009, p. 182).

José Marcio Barros e Paula Zaviani (2011, p. 70) destacam que apenas 10% dos Pontos de Cultura pesquisados adotam um modelo de planejamento centrado exclusivamente no gestor, os demais combinam a participação da equipe, da comunidade e de outros atores. Se considerarmos que 67% das pessoas que atua de forma mais constante nos pontos possui menos de 30 anos, outros 20% se encontram na faixa superior a 60 anos e que há um equilíbrio entre homens e mulheres, pode-se afirmar um perfil marcado pela diversificação dos atores.

Para a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura (MinC), em fala da secretária Débora Albuquerque, em 13 de março de 2017<sup>7</sup>:

"O problema começa na formalização do convênio, ou seja, os convenientes propõem no plano de trabalho uma estimativa muito superior à capacidade de conveniamento. Isso nos leva a crer que não existe estudo prévio de quais entidades culturais coletivas e periféricas serão conveniadas. Com essa falta de planejamento, a execução do plano de trabalho e o cumprimento das metas ficam absolutamente comprometidos, gerando excessivos pedidos de prorrogação de vigência e aditivos e nos levando a convênios que se arrastam há mais de uma década. Por fim e não menos importante, temos um enorme passivo de prestação de contas em que foram encontrados graves problemas na comprovação do uso do recurso público" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017).

As informações e indicadores culturais são um gargalo para monitoramento dessas problemáticas. Os dados mais recentes do IBGE/Estadiv/MunicCultura apontam que em 2014, havia 1.258 municípios com Pontos de Cultura no país. Os maiores percentuais de municípios onde havia pontos de cultura estavam no Rio de Janeiro (64,2%) e no Ceará (59,8%). Conforme o balanço são 3.422 pontos de cultura no Brasil. Os resultados são do suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadiv 2014) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2014).

---

<sup>7</sup>

Disponível em: [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

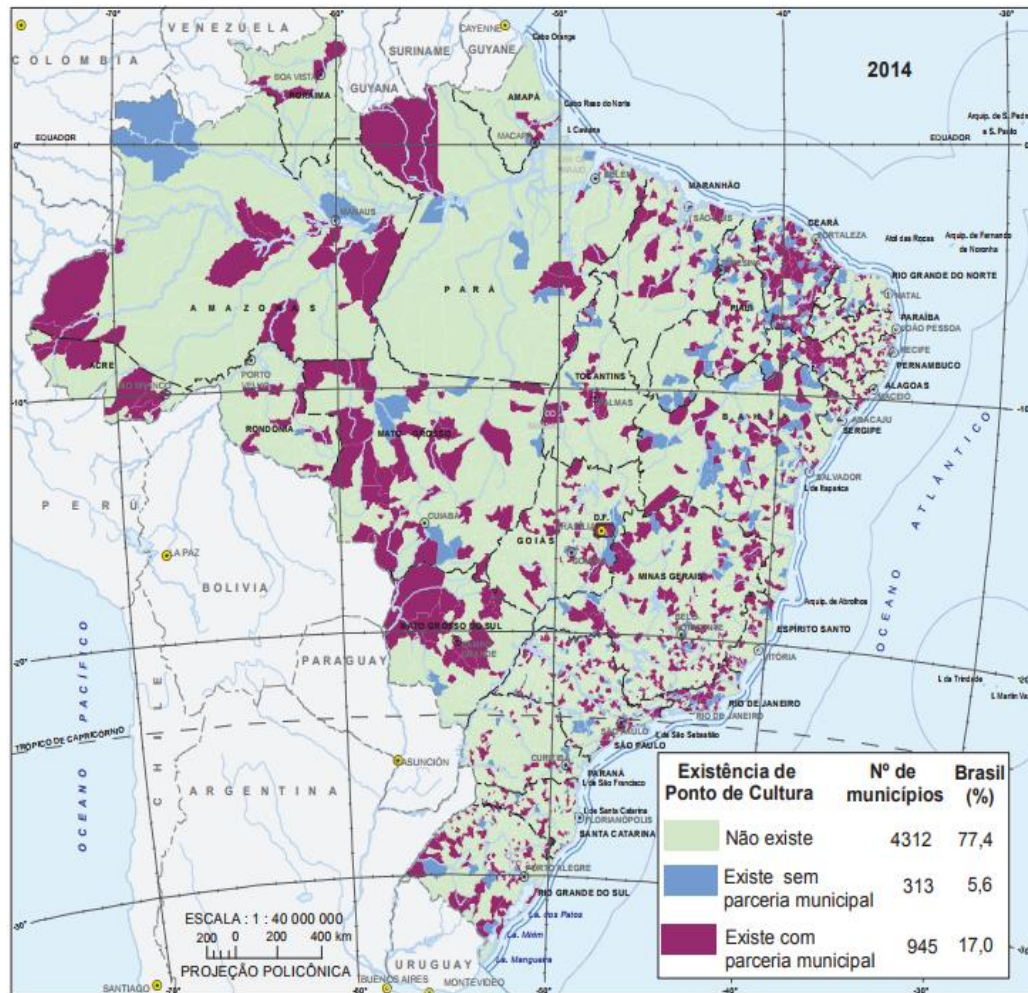
Especificamente no Rio Grande do Sul, são 175 deles distribuídos em 75 municípios gaúchos<sup>8</sup>. O Rio Grande do Sul se tornou o primeiro estado a ter uma Lei Cultura Viva Estadual, em 30 dezembro de 2014 (Lei 14.663<sup>9</sup>). Com o dispositivo, existe a possibilidade de reconhecimento das organizações e coletivos culturais sediados no Estado, independentemente de fomento, como Pontos de Cultura a partir do cadastro que a lei prevê para fornecimento de certificação. A mesma legislação estabelece um mecanismo de fomento vinculado ao Fundo de Apoio à Cultura do Rio Grande do Sul (FAC-RS), o que garante a perenidade da rede e de suas ações. Também está prevista a criação do Comitê Gestor da Política Estadual Cultura Viva - das 18 cadeiras que integram este comitê, seis são oriundas da Rede dos Pontos de Cultura. Uma das reivindicações dos pontos, segundo o representante do Estado, Leandro Anton, é a importância de implementação do Comitê Gestor para que a lei se torne realidade (Jornal do Comércio, 03/02/2017).

---

<sup>8</sup> Disponível em: Jornal do Comércio. [http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2017/01/cadernos/viver/544584-pontos-de-cultura-resistem-aos-impasses-entre-estado-e-uniao.html](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/01/cadernos/viver/544584-pontos-de-cultura-resistem-aos-impasses-entre-estado-e-uniao.html)

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.663.pdf>

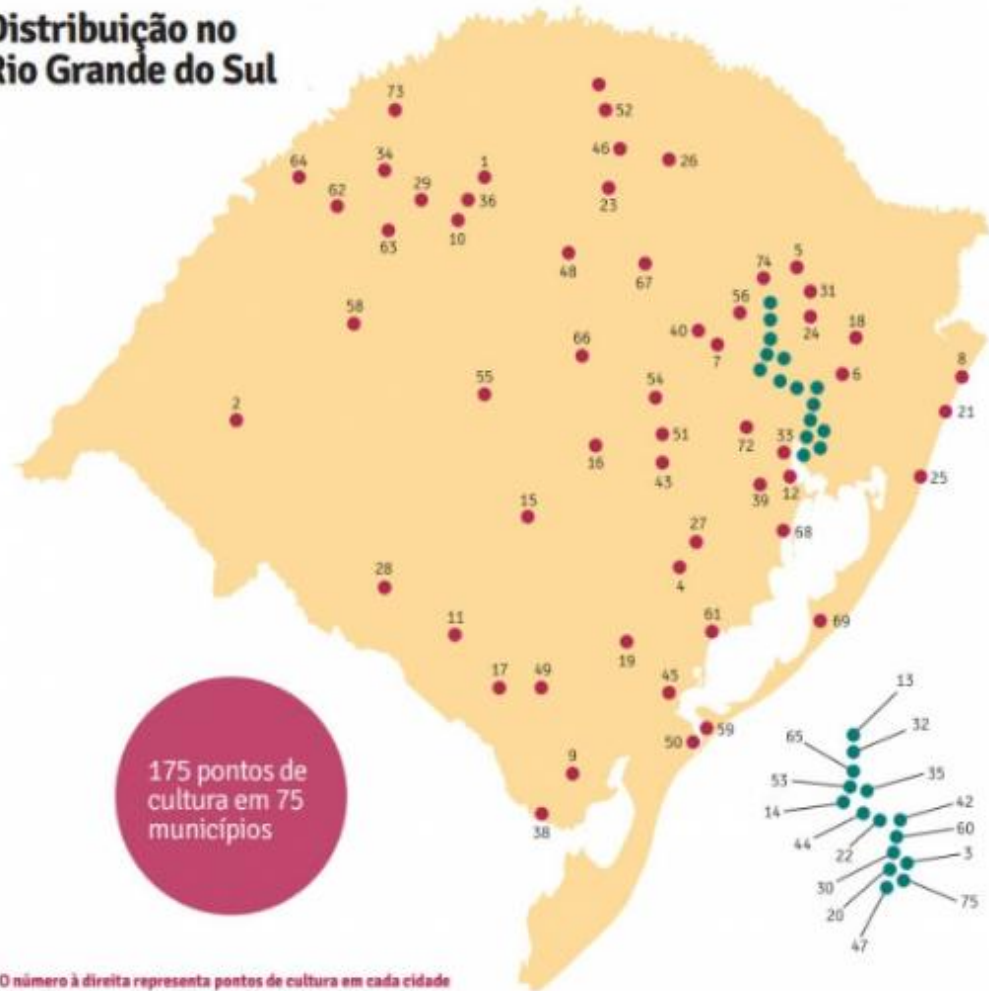
**Cartograma 2 - Municípios com pontos de cultura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.



## Distribuição no Rio Grande do Sul



175 pontos de cultura em 75 municípios

O número à direita representa pontos de cultura em cada cidade

- |                        |                                   |                               |                              |
|------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| 1. Ajuricaba 1         | 20. Canoas 6                      | 39. Mariana Pimentel 1        | 58. Santiago 1               |
| 2. Alegrete 7          | 21. Capão da Canoa 1              | 40. Marques de Souza 1        | 59. São José do Norte 2      |
| 3. Alvorada 1          | 22. Capela de Santana 1           | 41. Nonoai 2                  | 60. São Leopoldo 8           |
| 4. Amaral Ferrador 1   | 23. Carazinho 1                   | 42. Novo Hamburgo 2           | 61. São Lourenço do Sul 2    |
| 5. Antônio Prado 2     | 24. Caxias Do Sul 12              | 43. Pantano Grande 1          | 62. São Luiz Gonzaga 1       |
| 6. Araricá 1           | 25. Cidreira e Balneário Pirhal 1 | 44. Pareci Novo 1             | 63. São Miguel das Missões 1 |
| 7. Arroio do Meio 1    | 26. Coxilha 2                     | 45. Pelotas 7                 | 64. São Nicolau 1            |
| 8. Arroio do Sal 1     | 27. Dom Feliciano 1               | 46. Pontão 1                  | 65. São Pedro da Serra 1     |
| 9. Arroio Grande 1     | 28. Dom Pedrito 1                 | 47. Porto Alegre 42           | 66. Sobradinho 1             |
| 10. Augusto Pestana 1  | 29. Entre-Ijuís 2                 | 48. Quinze de Novembro 1      | 67. Soledade 1               |
| 11. Bagé 2             | 30. Esteio 1                      | 49. Pinheiro Machado 1        | 68. Tapes 1                  |
| 12. Barra do Ribeiro 1 | 31. Flores da Cunha 1             | 50. Rio Grande 2              | 69. Tavares 1                |
| 13. Bento Gonçalves 5  | 32. Garibaldi 2                   | 51. Rio Pardo 1               | 70. Tenente Portela 2        |
| 14. Brochler 1         | 33. Guaíba 2                      | 52. Ronda Alta 1              | 71. Três Palmeiras 1         |
| 15. Caçapava do Sul 1  | 34. Guaraní das Missões 1         | 53. Salvador do Sul 1         | 72. Triunfo 1                |
| 16. Cachoeira do Sul 1 | 35. Harmonia 1                    | 54. Santa Cruz do Sul 1       | 73. Tuparendi 7              |
| 17. Candói 2           | 36. Ijuí 2                        | 55. Santa Maria 4             | 74. Veranópolis 1            |
| 18. Canela 3           | 37. Itatiba do Sul 1              | 56. Santa Tereza 1            | 75. Viamão 1                 |
| 19. Canjuçu 1          | 38. Jaguarão 1                    | 57. Santa Vitória do Palmar 2 |                              |

#### **4. PONTO DE CULTURA CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO (JAGUARÃO/RS)**

O Clube Social 24 de Agosto conforme a historiadora Juliana Nunes (2010), foi fundado em 1918, por Theodoro Rodrigues juntamente a 12 amigos. A nomeação do clube se deu em menção a sua data de fundação. Sua mais marcante sede social se estabeleceu aos fundos da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão. Em busca de uma sede própria, no final da década de 1960 os integrantes do clube iniciaram a construção em dois terrenos adquiridos, onde se localiza a sede atual. Pode-se dizer que, o clube foi fundado em detrimento de uma nova ética trabalhista pós-abolicionista no contexto histórico jaguareense. Um espaço de afetos, sociabilidade, símbolo de resistência e luta, que teve como protagonistas de sua construção trabalhadores braçais, operários e empregadas domésticas. Constituído na perspectiva de que o público majoritariamente negro pudesse se reunir e compartilhar suas experiências de vida.

As atividades de sociabilidade, podem ser apontadas como práticas que mantiveram a história do clube. Além dessas, também se recolhiam fundos de auxílio aos sócios. O primeiro estatuto da instituição foi escrito na década de 1950, onde constava a promoção de atividades culturais, alfabetização voltados especificamente à população negra. Entretanto, as atividades de maior destaque por parte do clube eram as relacionadas ao Carnaval. Foram realizados diversos bailes internos ao clube, assim como, blocos e cordões de carnaval significativos a história do clube e ao contexto carnavalesco da cidade de Jaguarão. (LIMA, 2015, p.39).

Reconhecido como um espaço de resistência da cultura negra, o Clube 24 de Agosto, teve como estopim de suas lutas a busca por sua patrimonialização. Essa, segundo Lima (2015), resultou de uma disputa judicial com o ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de direitos autorais de canções e músicas executadas). Em maio de 2003, iniciou-se o processo de dívida cobrada pelo ECAD. A cobrança foi feita referente a valores de direitos autorais de canções e músicas executadas no clube. Com um valor inferior a cinco mil reais, a dívida contraída não foi paga e o processo foi levado adiante. Em 2006, o clube recebe sentença, sendo que a execução da dívida se daria por meio de leilão da sede da entidade.

Uma ação de profunda injustiça que foi prontamente contestada pelos integrantes do Clube, gerando pedido de anulação da sentença.

Na tentativa de reverter a execução do leilão, os participantes do Clube tiveram em 2007 petição renegada pela juíza. Como consequência disso, em 2008 ocorreu o leilão e a sede foi arrematada por um vizinho, assim como aponta Lima (2009). Somente a partir de encontros e esforço coletivo com à rede dos clubes sociais negros no Rio Grande do Sul e no Brasil é que se deu abertura a um processo contra o ECAD, visando proteção e resguardo do 24 de Agosto. Surge então, o entendimento da importância pela proteção patrimonial do espaço e enfrentamento às questões estruturais racistas, demarcando atuação na militância política por parte dos envolvidos. A ideia de tornar o clube como parte integrante das políticas patrimoniais, passou a ser interesse da sociedade em geral. Docentes e discentes do curso de História, Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/campus Jaguarão/RS), dentre outros, passaram, por exemplo, a apoiar a condição do clube enquanto patrimônio. Em meio a várias mobilizações públicas, como por exemplo a Semana da Consciência Negra visavam a promoção de visibilidade do clube.

O processo de leilão infelizmente ainda hoje é uma problemática vivenciada pelo Clube. Contudo, o reconhecimento do 24 de Agosto como patrimônio cultural foi alcançado em 25 de janeiro de 2012. Visando estabelecer atuação de políticas culturais a partir dos Pontos de Cultura, a gestão petista no Rio Grande do Sul, iniciou em nível estadual. A implementação de tal política ao Clube 24 de Agosto, se deu segundo Lima (2009), através da mobilização de coletivos de Dança de Rua, Tamboreiros de Religião Afro e Capoeira com apoio de estudantes da UNIPAMPA e de gestores ligados a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade. Em 2013, eis que o clube teve inauguração como Ponto de Cultura.



Clube 24 de Agosto (Jaguarão/RS). Fonte: LIMA, Alexandre Peres de. As lutas, os bailes, as retomadas: reconhecimento, identidades e cultura no processo de patrimonização do clube social negro 24 de agosto (Jaguarão-RS). UFRGS, 2015.

Os recursos alcançados com a proposta de Ponto de Cultura permitiram a difusão de diversas atividades culturais realizadas pelo clube. Uma conquista essencial para manter o clube aberto e legitimar a continuação do mesmo na atual sede. Atualmente, dentre as frequentes atividades promovidas pelo clube, pode-se citar, bailes, aulas de capoeira, rodas de leituras e oficinas voltadas para cultura afrodescentes. Além disso o clube disponibiliza espaço em sua programação destinado a realização de eventos da comunidade local. O fator de visibilidade dada ao Clube<sup>10</sup>, enquanto patrimônio e ponto de cultura, denota a importância histórica caracterizada por esse espaço e a resistência de uma cultura afroescenente.. Local de relevância até mesmo para o turismo da cidade, assim como, é cenário propenso a contínuas pesquisas e investigações.

---

<sup>10</sup> O ponto de cultura até hoje é conhecido popularmente como “Clube 24” devido à sua forte história e consolidação. Pouco se escuta a nomenclatura “Ponto de Cultura”.

Por meio de entrevista qualitativa em profundidade<sup>11</sup>, conversamos com o principal representante do Ponto de Cultura Clube Social 24 de Agosto: Neir Madruga (conhecido como Seu Madruga). Buscamos entender a forma de organização (gestão) do ponto, como ele sobrevive (recursos financeiros), o que mudou depois de se tornar Ponto e o que se espera do Estado (poder público). Com base nisso, se identificou que a gestão é composta por ele, dois diretores financeiros, um secretário e outras pessoas que trabalham no Clube. Os cargos que são definidos existem para se ter uma representação do ponto, perante o Estado.

De acordo com Madruga, as tomadas de decisões para realização de suas atividades culturais e programações, são compartilhadas num fazer junto com a comunidade, como por exemplo, estudantes, professores, a capoeira do mestre Dinho (Ararirê), a Mãe Nice D`Xangô, etc, e assim vai sobrevivendo com a ajuda desses parceiros. Porém, as questões administrativas, como contas de água e luz, materiais de limpeza, material permanente, são decididas como aponta Sr. Madruga: “100% coletivamente com a diretoria, a gente decide essa parte toda da administração do Clube, o que se pretende fazer, o que vai fazer”. Com essas colocações percebermos que o Clube 24 de Agosto a partir de um trabalho colaborativo, horizontal, vem se sustentando o PC, num modo de organização ao da ES, tendo a solidariedade e o trabalho coletivo, como principal agente de fomento dessa iniciativa.

O Ponto de Cultura não está bem amparado, as questões financeiras são bem difíceis. Quando ele se consolidou como ponto, em 2012, só recebeu a primeira parcela da verba do governo, “O ponto recebeu recursos para compra de equipamentos, mas falta recursos para pagar os oficinairos, a situação se torna complicada, como “tocar” o ponto, oferecer as oficinas sem ter recursos para os oficinairos? E até mesmo comprar materiais, a exemplo do Grupo de Capoeira, até hoje ainda não conseguimos comprar os materiais pra eles” (MADRUGA, 2017).

Atualmente ele sobrevive com o dinheiro que é arrecadado nos bailes que é promovido todos os domingos e com a ajuda dos poucos associados que ainda contribuem. Muitas pessoas se desvinculam por causa da falta de verba, no mais ele sobrevive com a boa vontade de cada parceiro. Percebe-se que, mesmo com muita dificuldade o ponto consegue ter rentabilidade com suas atividades, provando que as ações culturais e a potencialização dessas iniciativas geram emprego e renda, consequentemente gera economia, além inclusão social,

---

<sup>11</sup> Ver transcrição da entrevista no Anexo 1.

elevação da autoestima e bem estar social dessa comunidade. O presidente relata ter muitas dificuldades com a prestação de contas e questões jurídicas, por tanto o Estado deveria os assessorar, pois sempre se esbarram na burocracia.

Notamos a evidência de que a comunidade passou a enxergar e respeitar o Clube 24 depois que ele se tornou Ponto, passaram a olhar o clube de maneira diferente, com credibilidade. Essa mudança foi uma consequência, de acordo com Sr. Madruga: “houve esse reconhecimento da sociedade e com isso a necessidade da diretoria ver e pensar bem as coisas”. A partir desse novo olhar da comunidade pelo espaço, a direção do clube e as pessoas envolvidas se auto-afirmaram, elevaram sua autoestima e hoje tem muito mais força para abraçar a causa e tentar ajudar o ponto a sobreviver, apesar de não terem muitos recursos e retornos financeiros, eles são muito gratos pelas mudanças já ocorridas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que economia solidária é um novo modelo de organização socioeconômica baseada no trabalho cooperativo, em que os associados decidem coletivamente como vai se gerir o empreendimento, desde a produção, comercialização e distribuição e a divisão dos lucros. Pensando sempre no bem-estar socioeconômico dos indivíduos para elevar sua autoestima, com o intuito de se ter qualidade de vida, organizados no modelo de autogestão.

Nesse sentido, os Pontos de Cultura seguem três princípios básicos, o empoderamento, o protagonismo e autoestima das comunidades, percebendo-se que existe uma correlação/intersecção aos mesmos moldes da Economia Solidária. Dessa forma, a cultura é pensada e executada pela comunidade e feita para a comunidade, tendo o propósito de descentralizar a cultura dos grandes centros e estimular esses indivíduos que em sua maioria eram desassistidos pelo poder público.

Apesar da tentativa do Estado com o Programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura serem atualmente a única política pública que caminhou e se consolidou no país. O projeto se apresenta como uma posição contra-hegemônica a cultura pautada em uma relação de mercado e permeada pelos grandes meios de massa. Contrariando a idéia de homogeneização global, os Pontos de Cultura representam a busca pela valorização e visibilidade da cultura onde estão localizados, através de uma política cultural que promove a diversidade cultural.

Apesar disso, se percebe como no caso do Ponto de Cultura Clube 24 de Agosto algumas falhas com relação ao governo que não viabiliza assistência às necessidades básicas para se resolver algumas problemáticas existentes que vão desde o repasse de verba, a prestação de contas, captação de recursos, mediação cultural, divulgação, execução de projetos e editais, planejamento de atividades, elaboração de políticas públicas. Para minimizar esses problemas se faz necessário a pressão por efetivação dessa política cultural, e propomos a atuação de um produtor cultural, sendo esse um agente a contribuir nesses processos horizontais, sem pretensão de ser uma liderança aos moldes econômicos capitalistas.

Lembrando que essa política pública cultural desenvolvida nos últimos anos vêm se desfragmentando no governo atual, onde não há uma continuidade em potencializar esses grupos, que não faz parte do cunho ideológico do governo vigente.

Por fim, sem pretensão de esgotar tão ampla temática, posso afirmar que é relevante que se realizem novas pesquisas e aprofundamentos, a fim de que sejam difundidas contínuas discussões sobre as temáticas aqui tratadas.

## **REFERÊNCIAS**

**ARIEL F. NUNES: Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas.** Casa Rui Barbosa

BARROS, José Marcio; ZIVIANI, Paula. O programa Cultura Viva e a diversidade cultural. Em: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (orgs). Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

BARBOSA DA SILVA, F. A.; CALABRE, Lia. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

**BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária.** Brasília, 2005.

**BRASIL. Ministério da Cultura. Catálogo do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.** Brasília, 2010.

ECONOMIA SOLIDÁRIA - Entrevista com Paul Singer. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, Apr. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>.

FARIA, Hamilton. Em: AMORIM, Baby et al. Cultura viva, políticas públicas e cultura de paz. 2013.

GADOTTI, Moacir. Cultura viva em rede-por uma cultura solidária. 2016.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.** Disponível em:



<[http://www.cultura.gov.br/discursos/ /asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/ /asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883)> Acesso em: (dia, mês e ano)

GIL, Gilberto. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. Brasília: MINC, 2005.

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura X democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. Anais do seminário internacional. Políticas culturais: teoria e práxis, 2010.

LIMA, Alexandre. **As lutas, os bailes, as retomadas**. 2015. 181f. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2015.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, p. 95-114, 2007.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. 2013.

NUNES, Juliana. **“Somos o suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História). Pelotas: Instituto de Ciências Humanas/ Dep. De História/ Ufpel, 2010.

PERES DE LIMA, Alexandre. Lutas diuturnas: políticas públicas, patrimônio e o reconhecimento do clube social negro 24 de Agosto na cidade de Jaguarão (RS). Ciências Sociais Unisinos, v. 52, n. 2, 2016.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento – estratégias nacionais e panorama global. In: **DE MARCO, Kátia; REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). Economia da cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 25-36.

RUBIM, Albino. Programa Cultura Viva–projeto Pontos de Cultura. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais. Brasília: Ministério da Cultura, p. 21-22, 2009.

SARAIVA, Andréa. Economia viva e solidária: estudo propositivo de alternativas de sustentabilidade financeira dos Pontos e Pontões de Cultura. Brasília, DF: Minc, 2010.

STANGL, Andre. **Pontos de Cultura - por uma política cultural mestiça, digital, tropicalista e global**. Disponível em:

<[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura\\_-\\_astangl.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7320/pontos-de-cultura_-_astangl.pdf)>

Acesso em: 18 de setembro 2017.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 81-129, 2002.

SOUZA, Carla Delgado; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer; BULAMAH, Rodrigo Charaffedine. CULTURA NO PLURAL: conversa com Célio Turino sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras. PROA Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 1, 2016.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. Revista de economia contemporânea, v. 1, 2001.

TURINO, Célio. O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. In: Revista Fórum. 2013.

VALIATI, Leandro, 2011, **Economia da Cultura Por Leandro Valiati**, Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/site/entrevistas/economia-da-cultura-por-leandro-valiati/>> Acesso em: 20 outubro 2017.

VILUTIS, Luana. **Pontos de cultura e economia solidária: aproximações e possibilidades**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2012.

VILUTIS, L. Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura [dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

VILLAR, Emílio Rui. Sobre a Economia da Cultura. Comunicação e Cultura. nº3, 2007. pp. 131-144.

## ANEXO 1

### ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO CLUBE 24 DE AGOSTO, O “SEU” MADRUGA.

**Gê:** Primeiro gostaria de saber sobre a equipe e gestores do ponto de cultura, se há uma diferença do Ponto de Cultura do Clube Social 24 de Agosto no que se refere a gestão?

**Neir Madruga:** A gestão do Clube realmente é a diretoria, onde trabalha o presidente, são dois tesoureiros que são os diretores do financeiro, o secretário, as pessoas que trabalham no Clube. Já o Ponto não está bem fundamentado, foi criado em 2012, só que daquele jeito, carente de parceiros, na verdade se constituiu com a ajuda da universidade, graças a Deus, a capoeira do mestre Dinho (Ararirê), a Mãe Nice D`Xangô no que trata das religiões de matriz africana, que estão sempre conosco, em todos os eventos se fazem presentes, tinham o pessoal da dança de rua que se desintegrou por falta de recursos, difícil né...O ponto recebeu recursos pra compra de equipamentos, mas falta recursos pra pagar os oficinairos, a situação se torna complicada, como “tocar” o ponto, oferecer as oficinas sem ter recursos para os oficinairos? E até mesmo comprar materiais, a exemplo do Grupo de Capoeira, até hoje ainda não conseguimos comprar os materiais pra eles, porque o material que eles precisam. Não tem na nossa região e aí é necessário ter notas pra poder comprovar, provar e comprovar onde estamos utilizando esse dinheiro, então essa é uma das grandes dificuldades, mas, da mesma forma continuamos trabalhando com o ponto, na boa vontade né? Com os universitários, o mestre Dinho, a Mãe Nice e nós aqui, fazendo tudo o que podemos pra andar o Ponto. Hoje tem uma necessidade disso né!? Antigamente no Clube Social ninguém pensava por esse lado aí, porque é aquilo né, pra questões da cultura sempre é aquela dificuldade, o recurso pra gestão, vinda do Governo, interessa à todos, mas nem todos querem participar, até as pessoas que penso que deveriam participar e se interessar mais, se apropriar mais, elas não querem...Então, como vocês bem sabem, é muito difícil conseguir esses recursos, uma política que contemplasse a cultura e a educação, elas caminham juntas, na mesma direção. Usar ainda

-

**Gê: Como se mantém o Ponto nos dias de hoje?**

**Neir Madruga:** Olha, é como eu já falei, a gente comprou aqueles equipamentos e até hoje se mantém pela disponibilidade das pessoas, é assim, na boa vontade de cada um. Não há um recurso pra manter o Ponto, só na boa vontade, na verdade é assim.

**Gê: Não há perspectiva de receber recurso do Estado?**

O Estado está nos devendo, devendo dinheiro pro Ponto. A gente fez a prestação de contas, mas sempre se esbarra na burocracia, aí mudaram o governo e com isso, mudaram os gestores todos. Então, a gente tá aí nessa, prestamos conta e tudo mas até agora nada, mas estamos aí trabalhando.

**Gê: Vocês só receberam a primeira parcela?**

**Neir Madruga:** Sim, só recebemos a primeira parcela.

**Gê: Para que fique mais esclarecido, como o Clube se tornou Ponto de Cultura?**

**Neir Madruga:** O Clube na verdade se tornou Ponto, tudo acontece quando se encontra em dificuldade, o Clube passou pela dificuldade do leilão, por causa do ECAD, aí a gente correu em vários pontos né, procurando o poder executivo, legislativo, judiciário, começamos a participar de reuniões, aí que a gente assumiu o Clube, em 2008, era outro presidente, em 2010 eu entrei, aí gente estava com esse processo judicial, mas aí a gente começou a correr, tínhamos que arrumar um jeito, tem que ter um viés, tem que ter um caminho aí, que não seja só o da Justiça e que a gente possa fazer alguma coisa pra ajudar e então começamos a trabalhar, tinham várias reuniões na Câmara, com o pessoal da UNIPAMPA, alunos e professores, os políticos diziam pra nós: “Ah, isso aí não tem mais jeito, tem que fazer outro Clube”, mas não tinha, o dinheiro era irrisório, se pensarmos era 44 mil que venderam isso aqui tudo, num leilão, e se sabia, se tu vais pagar as contas não vai sobrar nada, nem terreno,

se comprasse, e vão construir como o outro? Nós temos que lutar por esse aqui, e aí que nós conseguimos, conseguimos através de um trabalho muito forte, naquela época com a SECULT, através do governo do Cláudio, eles nos deu um apoio imenso né, e nós começamos a correr, através do Ministério Público também, e então conseguimos um tombamento pelo Estado, foi onde se conseguiu esse tombamento em 2012, eai, foi transformado já, a partir daí a gente começou a entrar com essa parte cultural, o Clube já tinha 94 anos mais ou menos, já estaremos fazendo 100 agora, se Deus quiser o ano que vem, né!? Era um Clube praticamente centenário e que tinha utilidade pública decretada pelo Município, e isso foi em 86, já tinha sido detectado, então, a gente precisava, era um clube negro também, sempre foi, as origens do clube, então teria quer ser, a gente precisava que fosse reconhecido como Ponto de Cultura, então, foram muitas corridas, muita gente né, muita gente nos apoiou, isso aí eu jamais posso dizer que me queixaram...Não! eu não fiz sozinho, as pessoas fizeram pelo Clube, eu estava aqui simplesmente pra ativar e estar ali impulsionando que outras pessoas, que as pessoas que tinham qualificação pudessem fazer alguma coisa pelo Clube, então foi importantíssimo, nós tínhamos um embate na Câmara dos Vereadores lá, aonde praticamente as pessoas deram a entender que não tinham nada, que não tinha o que fazer, me lembro que já estávamos cansados, já era tarde da noite, eai, o professor Artur que agora é professor da FURG, me parece que é da FURG, ele falou que não...esse problema já tinha acontecido em outro local, tinha um viés e tinha que ser procurado que era através do Ministério Público, e então ficou para que o legislativo conseguisse marcar, porque seria mais fácil o legislativo marcar do que marcar, aí acabou andando, andando, andando e eles não conseguiram marcar, fomos numa reunião em Santa Maria, eu e a Andréa lá no 13 de Maio, e através de lá, falando com o Luis Carlos Oliveira que era do convênio do conselho dos clubes, nós conseguimos uma agenda em 48 horas parece, no Ministério Público em Porto Alegre, eu viajei até Porto Alegre, encontrei com ele lá, nós fomos no Ministério Público e nos mandaram pra Jaguarão, porque tinha que ser por aqui, aí começamos né, aí a coisa já começou a tomar corpo né, já mudar de ideia, outro pensamento, o juiz já teve outro pensamento também, e eu sei que no ano passado, a gente conseguiu né, através da promotora que entrou com um embargo aqui, alegando as anulidades né, e então conseguimos realmente reverter né, ainda falta alguma coisa pra ser configurada, mas pra quem tinha zero, hoje nos temos noventa e cinco.

**Gê: Seu Madruga, o senhor é o diretor do clube, né!? E automaticamente o gestor principal do Ponto de Cultura?**

**Neir Madruga:** Também, cabe a responsabilidade ao presidente do Clube

**Gê: Que mudança houve depois que o Clube virou Ponto? Como o coletivo do Clube 24 e a comunidade viu essa transformação?**

**Neir Madruga:** A mudança foi inevitável, tem que ter o novo, a gente vê que existe responsabilidade maior, tem outras forças que geralmente as pessoas atribuem à elas, mas é um Ponto de Cultura né, tem que fazer isso, eles te olham diferente, e aí fica a obrigação do presidente estar aqui, tem que fazer alguma coisa, a Semana da Consciência Negra, a gente já organizava antes de tudo isso aí e hoje, a gente tem que fazer, por que? porque tem essa mudança, não é simplesmente só o Clube né? Eu sempre digo, daqui pra frente quem quiser pegar a presidência, claro, tem que fazer mudança, não dá pra ser presidente a vida inteira né, então vai ter que ter a mudança, as pessoas vão ter que ter cuidado, em ver essa questão do Ponto de Cultura, não pode deixar de lado, achando que está tudo bem, tem que fazer alguma coisa, tem que manter o espaço aberto às pessoas possam expressar seu lado cultural, a capoeira, a dança, agora mesmo a Larissa da UNIPAMPA, do curso de História, está dando aula de leitura, então são coisas que realmente faz parte da cultura, a higienização dos materiais do Clube, as fotos e documentos...Então você tem que estar sempre conectado com essas pessoas, porque? Para que elas tenham aporte e é mais um argumento para um provável embate judicial, assim se tem mais um argumento, ele muda né, o Clube só, praticamente, os clubes acho que toda a nossa região, aconteceu isso que acontece por aqui, viraram só o baile, se sustentam só com a realização dos bailes e isso trouxe um problema, vieram os impostos do ECAD, vários impostos, hoje mesmo eu fui resolver a questão da prevenção do incêndio, antigamente não tinha isso aí, não tinha nada do que tem hoje, antigamente não tinha nem extintor dentro do Clube, não tinha nada, hoje é extintor, é detector de fumaça então, tem que fazer né, há a necessidade e aqui, se lida com muitas pessoas, durante o dia mesmo, aqui,

queira ou não queira, não é só o baile, durante o dia tem visitas, turmas das escolas, aqui sempre tem gente que é de fora da diretoria, mudou bastante sim, houve esse reconhecimento da sociedade e com isso a necessidade da diretoria ver e pensar bem as coisas.

**Gê: E o que o senhor espera do Estado, do Poder Público, como Ponto de Cultura, o que falta?**

**Neir Madruga:** Deveria ter um apoio maior, a gente vai fazer a nona Semana da Consciência Negra, e se sabe que o recurso é zero, não tem nenhum, por que não pode mais recorrer, pelas diretrizes nacionais, o Clube não pode fazer convênio com o Município, nem com o Estado, então nessa Semana não estamos recebendo nada, não tem nada. Hoje com a professora Giane da UNIPAMPA, estamos vendo de elaborar um documento em relação a Semana da Consciência pra entrar ao Prefeito, os secretários, vereadores pra assegurar o mínimo de recurso, teremos que pagar diárias pras pessoas que virão palestrar e o Clube vai ter que pagar, o município não pode pagar, não tem nenhuma rubrica que assegure o recurso pra esse evento, com isso acho que tem que ter um apoio maior do Estado, de direito, né... Isso é cultura gente, estamos tentando, nós queremos fazer, mas se tivermos que pagar tudo, fica ruim, a gente pagar por algo que é um dever do Estado, estamos fazendo um trabalho que é dever do Estado e de direito nosso. Eu não tenho formação mas, tenho o conhecimento de que é importante abrir o espaço para que possam se expressar e conscientizar, isso aí que eu quero, né?

**Gê: Então, vocês mantem o Clube com o baile?**

**Neir Madruga:** Com o baile e o quadro Social também, o quadro é pequeno, é complicado, é difícil as pessoas contribuírem severamente, as vezes passam, três, quatro meses, as vezes até mais, sem pagar a mensalidade e então tem que ficar correndo atrás, mas com o baile a gente fez um trabalho, que sempre atribuo ao diretor financeiro que trabalha muito bem, muito cuidadoso e zeloso pelo patrimônio do Clube, então a gente conseguiu se manter e graças a

Deus, vem pagando e resolvendo as situações, tudo se resume aos bailes, os aluguéis e um pouco das mensalidades, é como mantemos o nosso espaço.

**Gê: Como se as ações do Ponto ?**

**Neir Madruga:** É 100% coletivamente com a diretoria, a gente decide essa parte toda da administração do Clube, o que se pretende fazer, o que vai fazer.

**Gê: E tem muitos associados?**

**Neir Madruga :** O Clube tem mais ou menos 250 associados, mas não temos 100 em dia, esse que é o problema.

**Neir Madruga fala um pouco mais da equipe que constitui o Clube 24 de Agosto:**

Temos empregados que trabalham no Clube, que trabalham nos bailes, não temos como manter o Clube, apenas com a direção trabalhando, é cansativo também, todos os domingos vir pra cá e trabalhar gratuitamente, por que a diretoria não é remunerada. Somos todos voluntários. O Estado deveria é nos assessorar com a parte jurídica, é muito caro, a assessora jurídica que nos temos aqui pagamos um salário mínimo mensalmente desde 2008, é indispensável que o Estado faça isso, porque deveria a Defensoria Pública fazer isso, por que isso aqui é público. Acho até que para ter um controle sobre isso, porque na verdade, eu estou aqui de livre e espontânea vontade, sou muito gratificado por isso, ao mesmo tempo que tirou muitas coisas, me trouxe muito, um reconhecimento que às vezes o dinheiro não dá. Se entrar um presidente aqui que não tenha a mesma vontade que eu ou não tenha o tempo ou não se interesse, vem aqui e pega o dinheiro, como já aconteceu anteriormente, o Clube não tinha nada, não conseguia pagar nem a água e luz...aí está uma coisa que vem sendo falado há muito tempo, agora até as reuniões pararam um pouco, o pessoal também, sei lá estão cansados, é cansativo mesmo, estive provocando pra ver se a gente se reúne novamente pra fortalecer isso de que através do Estado tivesse um defensor publico que fosse nosso assessor jurídico.

O Estado deveria é nos assessorar com a parte jurídica.